



SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SINDESP/SC

## **ESTATUTO SOCIAL**

*2023*

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>2</b>
DA DENOMINAÇÃO, SIGLA, TEMPO DE DURAÇÃO, FINS, BASE TERRITORIAL DE REPRESENTAÇÃO, SEDE E FORO.....	2
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>4</b>
DIREITOS E DEVERES DAS ASSOCIADAS .....	4
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>8</b>
DA RECEITA - CONTRIBUIÇÕES .....	8
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>9</b>
SINDICATO .....	9
SEÇÃO I.....	9
<i>Disposições Gerais</i> .....	9
SEÇÃO II .....	10
<i>Assembléias Gerais</i> .....	10
SEÇÃO III .....	12
<i>Diretoria Executiva</i> .....	12
SEÇÃO IV .....	14
<i>Diretorias Técnicas</i> .....	12
SEÇÃO V .....	16
<i>Delegacias Regionais</i> .....	17
SEÇÃO VI.....	18
<i>Conselho Fiscal</i> .....	18
SEÇÃO VII.....	19
<i>Delegação à Federação Nacional</i> .....	19
<b>CAPÍTULO V .....</b>	<b>19</b>
PERDA DO MANDATO.....	19
<b>CAPÍTULO VI.....</b>	<b>21</b>
ELEIÇÕES .....	21
<i>Disposições Preliminares</i> .....	21
<i>Atos Preparatórios</i> .....	22
<i>Cédula Única</i> .....	23
<i>Comissão Eleitoral</i> .....	24
<i>Mesa Coletora de Votos</i> .....	25
<i>Votação</i> .....	25
<i>Apuração</i> .....	27
<i>Impugnações e dos Recursos</i> .....	30
<i>Processo Eleitoral</i> .....	31
<i>Posse dos Eleitos</i> .....	31
<i>Disposições Complementares</i> .....	32
<b>CAPÍTULO VII .....</b>	<b>32</b>
GESTÃO FINANCEIRA E SUA FISCALIZAÇÃO .....	32
<b>CAPÍTULO VIII.....</b>	<b>32</b>
PATRIMÔNIO DO SINDICATO.....	32
<b>CAPÍTULO IX.....</b>	<b>34</b>
DISPOSIÇÕES GERAIS .....	34



**ESTATUTO DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO  
ESTADO DE SANTA CATARINA - SINDESP/SC**

**ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA EM 2023**

**CAPÍTULO I**

**DENOMINAÇÃO, SIGLA, TEMPO DE DURAÇÃO, FINS, BASE TERRITORIAL, SEDE  
E FORO**

**Artigo 1º** - O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina, com a sigla SINDESP/SC, entidade sindical, inscrita no CNPJ 81.577.553/0001-03, com sede e foro na rua Deodoro, 226 – 4º andar, Edifício Marco Polo, Sala 401 – Florianópolis/SC, CEP 88010-020 e foro na cidade de Florianópolis/SC, constituído por tempo indeterminado, para fins de estudo, coordenação e representação legal da categoria econômica de Segurança, Vigilância, Transportes de Valores, Cursos de Formação em âmbito Estadual na base territorial do Estado de Santa Catarina, defesa administrativa e judicial e coordenação dos interesses e direitos dos integrantes da categoria, integrante do Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio - SICOMÉRCIO, a que se refere o artigo 8º, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, regendo-se por este estatuto, com o intuito de colaborar com os poderes públicos e as demais associações, no sentido da solidariedade social e da sua subordinação aos interesses nacionais (*alterada em 2021*).

**Parágrafo único** - A entidade adotará a denominação simplificada de SINDESP/SC para efeitos de identificação em face das demais entidades sindicais congêneres em nível nacional.

**Artigo 2º** - São prerrogativas constitucionais e objetivos institucionais do Sindicato:

a) defender no âmbito estadual, os direitos e interesses gerais de sua categoria econômica, ou os interesses individuais de suas associadas, na qualidade de representante ou substituto processual, conforme dispõem a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e legislações ordinárias;

b) defender a unicidade sindical e/ou unidade sindical e a manutenção do Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Sicomércio) - (*inserida em 2021 Res. CNC 34/2019*);

c) integrar o Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio (Sicomércio), cuja entidade máxima é a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC (Constituição Federal, art. 8º, IV) - (*inserida em 2021 Res. CNC 34/2019*);

d) conciliar divergências e conflitos entre os associados, bem como promover a solidariedade e a união entre eles;



e) celebrar Convenções Coletivas e Contratos Coletivos de Trabalho, bem como figurar como parte em Dissídios Coletivos e prestar assistência em Acordos Coletivos;

f) eleger ou designar representantes da respectiva categoria, para compor quaisquer órgãos de representação classista;

g) colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e soluções dos problemas que se relacionam com a sua categoria econômica;

h) impetrar Mandados de Segurança Coletivos e Individuais.

i) fixar e arrecadar as contribuições para o custeio do Sicomércio (contribuição confederativa – ART. 8º., IV, da Constituição Federal; e contribuição assistencial art. 513 “e” da CLT e a contribuição sindical das empresas integrantes das categorias econômicas representadas, nos termos da legislação vigente *(alterada em 2021 Res. CNC 34/2019)*;

j) instituir mecanismos para coordenar divergências e conflitos entre associados e atuar na resolução de conflitos decorrentes de relação do trabalho, por meio da conciliação, da mediação e da arbitragem e demais métodos de resolução de conflitos, no âmbito do Comércio de Bens, Serviços e Turismo *(inserida em 2021 Res. CNC 34/2019)*;

### **Artigo 3º - São deveres do Sindicato:**

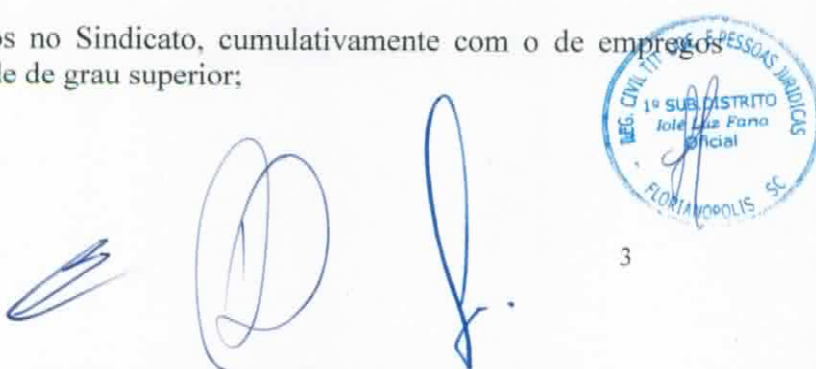
a) colaborar com os poderes públicos e privados no desenvolvimento da solidariedade e das atividades sociais;

b) manter serviços de Assistência Jurídica para as Associadas;

c) representar as empresas nos Dissídios Coletivos, podendo promover ou não acordos, acompanhar processos de interesse da categoria, em todas as esferas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

### **Artigo 4º - São condições para o funcionamento do Sindicato:**

a) exercício de cargos eletivos no Sindicato, cumulativamente com o de empregos remunerados pelo Sindicato ou por entidade de grau superior;



The block contains three blue ink signatures of varying styles. To the right of the signatures is a circular official stamp. The stamp contains the text: 'REG. CIVIL 1º SUBDISTRITO', '1º Subdistrito', 'Iole Lúcia Faria', 'Oficial', and 'FLORIANÓPOLIS SC'.

b) existência, em sua sede, de livro de registro de associadas, no qual deverão constar a denominação das empresas e sua sede, a qualificação de seus sócios e diretores e a indicação do nome daquele que represente o Sindicato, o qual deverá ser necessariamente, sócio diretor;

c) gratuidade de exercício dos cargos eletivos;

d) abstenção de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas em lei.

## CAPÍTULO II

### Direitos e Deveres das Associadas

#### Admissão e Exclusão *(alterada e inserida em 2021)*

**Artigo 5º** - São Direitos das Associadas, desde que no gozo de seus direitos e quites com seus deveres, além de outros previstos neste Estatuto:

a) a todas as Empresas de Segurança, Vigilância, Transporte de Valores, Cursos de Formação no Estado de Santa Catarina, que satisfizerem as exigências da legislação sindical, dos diplomas legais (Lei nº 7.102/83, Decreto, Regulamentos e Portarias) que regem a atividade, gozarem de regularidade fiscal juntos aos órgãos fiscalizadores e arrecadadores, terem idoneidade moral e profissional, terão direitos e prerrogativas de serem admitidas no quadro de associadas do Sindicato.

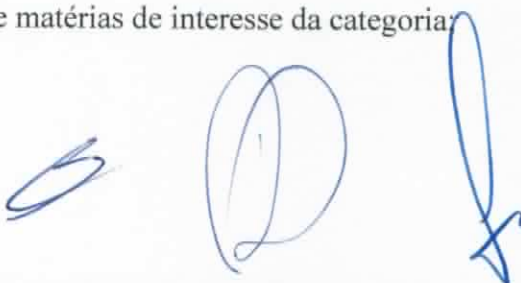
§ 1º - As Associadas não responderão subsidiária ou solidariamente pelos débitos do Sindicato.

§ 2º - A Diretoria Executiva estabelecerá, através de Atos Normativos, outros requisitos a serem preenchidos pelas empresas, além dos dispostos neste Estatuto.

b) participar, votar e ser votada, por seus representantes, nas reuniões e assembleias;

c) utilizar os serviços prestados pelo Sindicato;

d) apresentar proposições sobre matérias de interesse da categoria;



e) requerer a convocação de Assembleia Geral, em número mínimo de 35% (trinta e cinco por cento) das associadas;

f) o sindicato e a federação filiada à CNC observarão a sincronia de mandatos, na forma da Resolução CNC 361/2003, respeitada a plena liberdade na recondução de seus dirigentes *(inserida em 2021 Res. CNC 34/2019)*;

g) as empresas associadas poderão a qualquer tempo pedir a sua desfiliação, mediante protocolo na Secretária do Sindicato, independentemente da aprovação da diretoria e/ou Assembleia Geral Extraordinária, remanescendo a possibilidade do sindicato de cobrar os débitos decorrentes das obrigações financeiras devidas ao sindicato referentes ao período em que permaneceu filiado *(inserida em 2021)*.

### **Formas de admissão no quadro associativo *(inserida em 2021)***

**Artigo 6º** - Para requerer o ingresso no quadro de associadas da Entidade Sindical a empresa deverá:

I - Apresentar os documentos: *(alterada em 2023)*

- a) Requerimento
- b) Cartão CNPJ
- c) Alvará da Prefeitura
- d) Alvará da Polícia Federal
- e) Contrato Social e Alterações
- f) Últimos 03 (três) balanços contábeis
- g) Certidão negativa: Receita Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e PIS
- h) Certidão do Distribuidor no Fórum e da Justiça Trabalhista;
- i) SEFIP – Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - *(alterada em 2023)*
- j) Mensalidade de 01 (um) salário mínimo;
- k) 02(dois) atestados de capacidade técnica.

II – Comprovar a total quitação da Contribuição Assistencial dos 5 (cinco) anos anteriores à data do requerimento de associação ou a partir da data de constituição da empresa se menor que 5 (cinco) anos, bem como do ano corrente, nos termos do que estabelece o artigo 12, II deste estatuto e/ou a norma coletiva da categoria. *(inserida em 2023)*

III – Comprovar o pagamento prévio da quantia de pisos dos trabalhadores vigilantes, no valor vigente na época do requerimento, correspondente ao número de votos a que fará jus após a aprovação de seu ingresso como associada, da seguinte forma: *(inserida em 2023)*

- a) até 150 empregados sediados no Estado: 10 pisos vigentes de vigilante;
- b) de 151 até 300 empregados sediados no Estado: 15 pisos vigentes de vigilante;





- c) de 301 até 450 empregados sediados no Estado: 20 pisos vigentes de vigilante;
- d) de 451 até 600 empregados sediados no Estado: 25 pisos vigentes de vigilante;
- e) acima de 600 empregados sediados no Estado: 30 pisos vigentes de vigilante.

**Artigo 7º** - Perderá seus direitos a Associada que, por qualquer motivo, deixar o exercício da categoria econômica.

**Artigo 8º** - São deveres das Associadas:

- a) pagar os valores devidos ao Sindicato relativos às mensalidades, fixadas pela Diretoria Executiva, taxas assistenciais, confederativas e outras importâncias fixadas por Convenção Coletiva e/ou Assembléia Geral nos prazos de vencimento, com pontualidade;
- b) comparecer às Assembleias Gerais e acatar suas decisões;
- c) desempenhar com probidade o cargo a que for eleito e no qual tenha sido investido;
- d) prestigiar o Sindicato por todos os meios ao seu alcance e propagar o espírito associativo entre os elementos de sua categoria econômica;
- e) não tomar deliberações que interessem à categoria sem prévio pronunciamento do Sindicato;
- f) cumprir integralmente os dispositivos constantes no presente Estatuto;
- g) indicar um membro titular, que deverá, necessariamente, ser sócio proprietário e um suplente com iguais poderes para representá-la junto ao Sindicato.

**Artigo 9º** - As Associadas estarão sujeitas às penalidades de Multa Pecuniária, Suspensão e Eliminação do Quadro Social, em consonância com o grau de infração cometida:

I - a MULTA PECUNIÁRIA será aplicada às associadas que:

- a) deixarem de votar nas eleições sindical, por 3 (três) vezes consecutivas, sem a devida justificação;
- b) que, devidamente convocado, deixar de comparecer à 3 (três) Assembleias Gerais consecutivas, sem justificativas.



§ 1º A punição pecuniária consistirá em pagamento de 10 (dez) vezes o valor da mensalidade vigente na época da infração.

§ 2º O não pagamento da multa retro fixada acarretará suspensão dos direitos sindicais por 90 (noventa) dias, facultando ao Sindicato a cobrança judicial dos valores.

II - a SUSPENSÃO DOS DIREITOS SINDICAIS será aplicada às associadas que:

a) violarem os preceitos estatutários, e outras determinações fixadas em Assembléia Geral;

b) reincidentemente não honrarem o compromisso de pagar pontualmente as mensalidades devidas ao Sindicato e descumprirem outras obrigações sindicais;

c) as associadas que aviltarem os preços de mercado, tornando-os inexecutáveis a ponto de demonstrarem não haver condições do cumprimento de encargos sociais e trabalhistas e outros fatores que compõem o custo final;

d) procederem antieticamente, articulando injúrias, calúnias, difamações, contra o Sindicato, empresas co-irmãs e autoridades públicas.

§ 3º - A pena de suspensão não excederá a 180 (cento e oitenta) dias e será gradualizada em conformidade com a infração.

§ 4º - A reiteração das infrações retro citadas acarretará a associada em pena de eliminação do quadro social do Sindicato.

III - a penalidade de ELIMINAÇÃO DO QUADRO SOCIAL será aplicada a associada quando:

a) sem justo motivo, atrasar sua mensalidade, contribuição confederativa, assistencial e outras obrigações previstas em Convenção Coletiva, Estatuto ou Lei, por mais de 180 (cento e oitenta) dias;

b) proceder ilicitamente na condução de seus negócios, cometendo fraudes e agindo com má-fé caracterizada;

c) sua autorização para funcionamento for cancelada pelo Ministério da Justiça.





**Artigo 10** - As penalidades serão impostas e julgadas pela Diretoria Executiva do Sindicato:

§ 1º - As aplicações das penalidades precederam à ampla defesa, facultada a associada, que terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentá-la, contados do recebimento da notificação.

§ 2º - A suspensão ou eliminação da associada, não a desonera do dever de pagar as contribuições previstas no presente Estatuto.

**Artigo 11** - A associada eliminada do Quadro Social poderá ser reabilitada, depois de justificativa apresentada à Diretoria Executiva, ouvido previamente a Assembléia Geral.

**Parágrafo único** - No caso da associada ter sido eliminada por inadimplência, sua reabilitação se dará após liquidação do débito, atualizado monetariamente e acrescido de multa de 20% (vinte por cento).

### CAPÍTULO III

#### Da Receita – Contribuições *(alterada em 2021)*

**Artigo 12** - As empresas deverão contribuir da seguinte forma:

I - Contribuição para custeio do Sistema Confederativo nos termos do artigo 8º, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

II - Contribuição assistencial, conforme previsão na Convenção Coletiva de Trabalho;

III - Contribuição sindical, calculada nos termos do artigo 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho; e, *(alterada em 2023)*

IV - Mensalidades das Associadas:

§ 1º. A receita advinda da Contribuição Assistencial terá a seguinte partilha: *(inserida em 2021 Res. CNC 47/2019)*

- a – 10% (dez por cento) à CNC;
- b – 20% (vinte por cento) para a Federação;
- c – 70% (setenta por cento) para o Sindicato.



§ 2º - Na partilha da Contribuição Confederativa, prevista no inciso I, deste artigo, serão destinados 5% (cinco por cento) em favor da CNC, 20% (vinte por cento) em favor da Federação, e 75% (setenta e cinco por cento) em favor do respectivo sindicato (*inserida em 2021 Res. CNC 47/2019*);

§ 3º - A empresa associada integrante do mesmo grupo empresarial, poderá requerer a filiação das demais empresas, sendo estas isentas da taxa de filiação e da mensalidade associativa. (*inserida em 2006*).

## CAPÍTULO IV

### Sindicato

#### Seção I

#### Disposições Gerais

**Artigo 13** - O Sindicato cumprirá as suas finalidades legais e estatutárias através dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral (AG);

II – Diretoria Executiva (*inserida e alterada em 2006*);

III – Diretoria de Segurança Eletrônica (*inserida em 2006*);

IV – Diretoria de Transporte de Valores (*inserida em 2006*);

V – Diretoria das Escolas de Formação (*inserida em 2012*);

VI - Diretorias Técnicas (*inserida em 2021*);

VII – Delegacias Regionais (*inserida em 2006*);

VII - Conselho Fiscal (CF)



## Seção II

### Assembleias Gerais

**Artigo 14** - As assembleias Gerais serão soberanas nas resoluções não contrárias às leis vigentes e a este Estatuto; suas deliberações serão tomadas em primeira convocação por maioria absoluta de votos das associadas inscritos na entidade, e em segunda convocação por maioria dos votos das associadas presentes, salvo disposição legal ou estatutária divergentes.

§ 1º - A convocação da Assembleia Geral será feita por edital publicado com antecedência mínima de 3 (três) dias, em jornal de grande circulação na base territorial do Sindicato.

§ 2º - A associada somente poderá participar das discussões e exercer o direito de voto, se estiver no gozo de seus direitos e quite com os seus deveres.

§ 3º - A associada somente comporá o número de associadas de que trata o caput deste artigo e somente poderá participar das discussões e exercer o direito de voto a partir do 3º (terceiro) ano de associação no quadro da entidade e, desde que esteja em pleno gozo de seus direitos e quite com os seus deveres. *(inserido em 2023)*

**Artigo 15** - O sistema de votação em Assembléia Geral será qualitativo, adotando-se os seguintes critérios:

Até 150 empregados sediados no Estado = 1 voto

De 151 até 300 empregados sediados no Estado = 2 votos

De 301 até 450 empregados sediados no Estado = 3 votos

De 451 até 600 empregados sediados no Estado = 4 votos

Acima de 600 empregados sediados no Estado = 5 votos

**Parágrafo único** - O número de empregados a ser considerado é por empresa e no Estado de Santa Catarina *(inserida em 2006)*.

**Artigo 16** - Realizar-se-ão as Assembléias Gerais Extraordinárias, observadas as prescrições anteriores:

a) quando o Presidente, ou a maioria da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal julgar conveniente;





b) a requerimento das Associadas, no gozo de seus direitos e quite com seus deveres, em número mínimo de 35% (trinta e cinco por cento) do quadro de inscritos na entidade, os quais especificarão pormenorizadamente os motivos da convocação.

c) para a realização das Assembleias Gerais, será necessária a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos que participaram do pedido de sua convocação, somente podendo ser aprovada a qualquer proposta pela maioria simples dos presentes, salvo para as decisões que este Estatuto ou legislação vigente exija quórum qualificado ou especial para instalação e deliberação *(inserida em 2021)*.

**Artigo 17** - A convocação da Assembléia Geral Extraordinária, quando feita pela maioria da Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou pelas Associadas, não poderá opor-se o Presidente do Sindicato, que deverá tomar providências para a sua realização dentro de 15 (quinze) dias, contados da entrada do requerimento na Secretaria.

§ 1º - Deverá comparecer à respectiva reunião, sob pena de nulidade, a maioria absoluta dos que a requereram.

§ 2º - Na falta de convocação pelo Presidente, falarão, expirando o prazo marcado neste artigo, aqueles que a deliberaram realizar, sob a coordenação de, no mínimo, 3 (três) membros dotados de inegável reputação ilibada e respeitabilidade junto à categoria.

**Artigo 18** - As Assembleias Gerais Extraordinárias só poderão tratar dos assuntos para as quais tiverem sido convocadas.

**Parágrafo único** - Serão deliberados em Assembleia Geral os seguintes assuntos:

- a) eleição do Associado para representação da respectiva categoria prevista em lei;
- b) aprovação de contas da Diretoria Executiva;
- c) pronunciamento sobre relações ou dissídios coletivos de trabalho;
- d) reforma do Estatuto;
- e) dissolução da entidade.



### Seção III

#### Diretoria Executiva

**Artigo 19** - O Sindicato será administrado por uma Diretoria Executiva, completa de 4 (quatro) membros e 2 (dois) suplentes, terão duração de 04 (quatro) anos, tendo seu início em 01 de janeiro de e término em 31 de dezembro (*alterada em 2021*).

§ 1º A Diretoria Executiva elegerá, dentre seus membros, o Presidente do Sindicato.

§ 2º Os demais cargos serão ocupados na ordem de menção da chapa eleita.

§ 3º A Diretoria Executiva se comporá de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.

§ 4º A Diretoria Executiva se reunirá ordinariamente, por meio de convocação (*alterada em 2006*).

**Artigo 20** - A Diretoria Executiva compete, além das demais funções previstas neste Estatuto:

a) apreciar qualquer assunto de interesse da categoria econômica, deliberando sobre as medidas concretas a serem adotadas pelo Sindicato;

b) dirigir o Sindicato de acordo com o presente Estatuto, administrar o patrimônio social e promover o bem geral das Associadas e da categoria representada;

c) elaborar, ao seu critério, atos normativos de serviços internos, subordinados a este Estatuto podendo criar departamentos, assessorias especiais, etc.;

d) cumprir e fazer cumprir as leis e a determinação das autoridades competentes, bem como os Atos Normativos próprios e das Assembléias Gerais;

e) criar comissões internas, que deverão ser composta por 3 (três) membros, sendo sempre presidida por um dos membros da Diretoria Executiva;

f) nomear Delegados Regionais e outros integrantes de órgãos para representar a categoria;



A large, stylized handwritten signature in blue ink, consisting of a long horizontal stroke followed by a large loop and a vertical stroke.

- g) indicar e nomear os representantes classistas;
- h) declarar a perda de mandato nos termos de parágrafo primeiro, do artigo 35;
- i) nomear os Diretores e Vice-Diretores das Diretorias Técnicas (*alterada em 2021*);
- j) coordenar as Diretorias Técnicas (*alterada em 2021*).

§ 1º - As decisões deverão ser tomadas por maioria de votos, com a presença mínima de mais da metade de seus membros.

§ 2º - Ao Presidente, além do voto como Diretor cabe voto de qualidade (*inserida e alterada em 2006*).

**Artigo 21** - Ao Presidente compete:

- a) representar o Sindicato judicialmente e extrajudicialmente podendo nesta última hipótese delegar poderes;
- b) convocar sessões da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral, nas quais exercerá a Presidência, salvo impedimento;
- c) assinar as Atas das sessões, e todos os papéis que dependam da sua assinatura, bem como rubricar os livros da Secretaria e da Tesouraria;
- d) ordenar as despesas autorizadas e assinar os cheques com o Tesoureiro;
- e) nomear funcionários e fixar seus vencimentos consoantes às necessidades do serviço.

**Parágrafo Primeiro** - Compete ao Vice-Presidente, auxiliar o Presidente e substituí-lo em suas ausências, licenças e impedimentos (*alterada em 2006*).

**Artigo 22** - Ao Secretário compete:

- a) a faculdade de substituir o Presidente e o Vice-Presidente em suas ausências, licenças e impedimentos;



Three handwritten signatures in blue ink, located at the bottom of the page. The first is a simple horizontal line with a loop. The second is a more complex, circular signature. The third is a signature that starts with a large loop and ends with a downward stroke.



- b) preparar, ou mandar preparar, a correspondência de expediente do Sindicato;
- c) redigir e ler as atas das sessões da Diretoria Executiva e das Assembléias, ou mandar que isso seja feito;

**Artigo 23** - Ao Tesoureiro compete:

- a) ter sob guarda e responsabilidade os valores do Sindicato;
- b) dirigir e fiscalizar os trabalhos da Tesouraria;
- c) apresentar balancetes semestrais e um balanço anual;
- d) recolher os dinheiros do Sindicato à conta bancária;

#### **Seção IV – Diretorias Técnicas (alterada em 2021)**

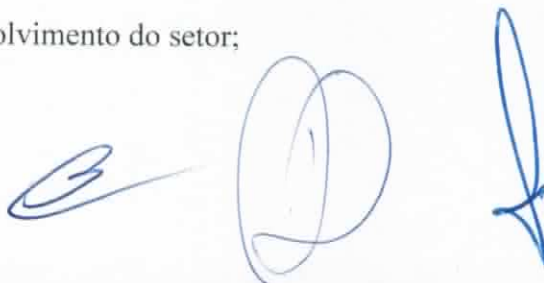
##### **Diretoria de Segurança Eletrônica**

**Artigo 24** - A Diretoria de Segurança Eletrônica se comporá de Diretor, Vice-Diretor para o mesmo mandato da Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - As ações e decisões da Diretoria de Segurança Eletrônica deverão ser aprovadas pela Diretoria Executiva (*inserida em 2006*).

**Parágrafo Segundo** - A Diretoria de Segurança Eletrônica compete:

- a) representar e defender os direitos e interesses individuais e coletivos dos integrantes da segurança eletrônica;
- b) colaborar para o desenvolvimento do setor;



c) promover e estimular a sua organização;

d) realizar cursos, seminários, congressos, encontros e outros eventos de interesse da categoria *(inserida em 2006)*.

### **Diretoria de Transporte de Valores**

**Artigo 25** - A Diretoria de Transporte de Valores se comporá de Diretor, 1º Vice-Diretor e 2º Vice-Diretor para o mesmo mandato da Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - As ações e decisões da Diretoria de Transporte de Valores deverão ser aprovadas pela Diretoria Executiva *(inserida em 2006)*.

**Parágrafo Segundo** - A Diretoria de Transporte de Valores compete:

a) representar e defender os direitos e interesses individuais e coletivos dos integrantes do setor de Transporte de Valores;

b) colaborar para o desenvolvimento do setor;

c) promover e estimular a sua organização;

d) realizar cursos, seminários, congressos, encontros e outros eventos de interesse da categoria *(inserida em 2006)*.

### **Diretoria de Escolas de Formação**

**Artigo 26** - A Diretoria de Escolas de Formação se comporá de Diretor, 1º Vice-Diretor e 2º Vice-Diretor para o mesmo mandato da Diretoria Executiva. *(inserida em 2012)*.

**Parágrafo Primeiro** - As ações e decisões da Diretoria de Escolas de Formação deverão ser aprovadas pela Diretoria Executiva *(inserida em 2012)*.

**Parágrafo Segundo** - A Diretoria de Escolas de Formação de Valores compete: *(inserida em 2012)*.



a) representar e defender os direitos e interesses individuais e coletivos dos integrantes do setor de Escolas de Formação;

b) colaborar para o desenvolvimento do setor;

c) promover e estimular a sua organização;

d) realizar cursos, seminários, congressos, encontros e outros eventos de interesse da categoria.

### **Diretoria Intersindical (*inserida em 2021*)**

**Artigo 27** - A Diretoria Intersindical se comporá de Diretor, Vice-Diretor para o mesmo mandato da Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - As ações e decisões da Diretoria Intersindical deverão ser aprovadas pela Diretoria Executiva.

**Parágrafo Segundo** - À Diretoria Intersindical compete:

a) representar e defender os direitos e interesses individuais e coletivos dos integrantes do setor;

b) colaborar para o desenvolvimento do setor;

c) promover e estimular a sua organização;

d) promover a integração das ações de acordo com as normas legais estabelecidas neste Estatuto.

### **Diretoria de Ética Profissional (*inserida em 2021*)**

**Artigo 28** - A Diretoria de Ética Profissional se comporá de Diretor, Vice-Diretor para o mesmo mandato da Diretoria Executiva.





**Parágrafo Primeiro** - As ações e decisões da Diretoria de Ética Profissional deverão ser aprovadas pela Diretoria Executiva.

**Parágrafo Segundo** - A Diretoria compete:

- a) representar e defender os direitos e interesses individuais e coletivos dos integrantes do setor;
- b) colaborar para o desenvolvimento do setor;
- c) promover e estimular a sua organização;
- d) promover a integração das ações de acordo com as normas legais estabelecidas neste Estatuto.

## Seção V

### Delegacias Regionais

**Artigo 29** – O Sindicato poderá instituir Delegacias Regionais, dentro da respectiva base territorial, para fins de descentralização e ampliação da ação sindical *(inserida em 2006)*.

**Artigo 30** – Os Delegados Regionais serão nomeados pela Diretoria Executiva dentre os representantes de empresas filiadas.

**Parágrafo único** – Em caso de necessidade poderão ser nomeados Subdelegados, caso em que auxiliarão e substituirão o delegado na sua ausência. *(inserida em 2006)*.

**Artigo 31** - O mandato dos Delegados Regionais terá a mesma duração do mandato da Diretoria Executiva, podendo ser extinto a qualquer momento por decisão de 2/3 (dois terços) da Diretoria Executiva *(inserida em 2006)*.

**Artigo 32** - Ao Delegado Regional e ao Subdelegado compete:

- a) estimular os processos de organização da categoria em sua região e a filiação ao Sindicato;



b) representar a entidade de acordo com as diretrizes traçadas pela Diretoria Executiva e por este Estatuto;

c) representar a entidade perante autoridades constituídas, em juízo e fora dele, por delegação da Presidência (*inserida em 2006*).

## Seção VI

### Conselho Fiscal

**Artigo 33** - O Sindicato terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros, eleitos conforme previsto neste Estatuto, para o mesmo mandato da Diretoria Executiva, limitando-se sua competência à fiscalização da gestão financeira.

§ 1º - Juntamente com os membros do Conselho Fiscal serão eleitos 3 (três) suplentes.

§ 2º - Ao Conselho Fiscal incumbe:

a) fiscalizar e opinar sobre os livros e papéis de contabilidade;

b) reunir-se ordinariamente uma vez a cada 3 (três) meses, e extraordinariamente quando necessário;

c) dar parecer sobre o balanço do exercício e lançar no mesmo seu visto.

§ 3º - O Conselho Fiscal poderá, a seu juízo, solicitar à Diretoria Executiva a assessoria de peritos.

§ 4º - O parecer sobre o balanço, e suas alterações deverá constar da Ordem do Dia da Assembléia Geral para esse fim convocada nos termos da lei e regulamento em vigor.



Three handwritten signatures in blue ink, arranged horizontally. The first is a simple, stylized signature. The second is a more complex, looped signature. The third is a vertical, elongated signature.

## Seção VII

### Delegação à Federação Nacional

**Artigo 34** - O Sindicato será representado perante a Federação da Categoria, por um Delegado e um suplente nomeados pela Diretoria Executiva para o mandato previsto no artigo 19.

**Parágrafo único** - O delegado poderá exercer sua função cumulativamente com a de participante de outro órgão do Sindicato *(alterada em 2006)*.

## CAPÍTULO V

### Perda do Mandato

**Artigo 35** - Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal perderão seus mandatos nos seguintes casos:

- a) malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- b) grave violação desse Estatuto;
- c) abandono do cargo na forma prevista no parágrafo único do artigo 41;
- d) aceitação ou solicitação de transferência que importe no afastamento do exercício do cargo;
- e) quando se desligar da empresa associada a qual representava.

§ 1º A perda do mandato será declarada pela Diretoria Executiva, observada aprovação em Assembleia Geral Extraordinária por maioria simples *(inserida em 2021)*.

§ 2º A suspensão ou destituição do cargo administrativo deverá ser precedida de notificação que assegure ao interessado o pleno direito de defesa, cabendo recurso na forma deste Estatuto à Assembleia Geral.



Three distinct handwritten signatures in blue ink, arranged horizontally.



**Artigo 36** - Na hipótese de perda do mandato, as substituições se farão de acordo com o que dispõe os artigos 37 e 38.

**Artigo 37** - A convocação dos suplentes quer para as Diretorias, Delegacias ou para o Conselho Fiscal compete ao Presidente da Diretoria Executiva ou ao seu substituto legal.

**Artigo 38** - Havendo renúncia ou destituição de qualquer membro de Diretoria Executiva assumirá automaticamente o cargo, substituto legal previsto neste Estatuto.

§ 1º - As renúncias serão comunicadas, por escrito, ao Presidente do Sindicato.

§ 2º - Em se tratando de renúncia do Presidente do Sindicato, será esta notificada, igualmente, por escrito, ao seu substituto legal, que, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, reunirá a Diretoria Executiva, para a ciência do ocorrido.

**Artigo 39** - Se ocorrer à renúncia da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e, se não houver suplentes, o Presidente, ainda que resignatário, convocará a Assembléia Geral a fim de que esta constitua uma Junta Governativa Provisória.

§ 1º - A composição da Junta Governativa Provisória deverá ser de 05 (cinco) associados no gozo de seus direitos e quites com seus deveres.

§ 2º - Tais membros deverão preencher os requisitos previstos no artigo 17, parágrafo segundo.

**Artigo 40** - A Junta Governativa Provisória, constituída nos termos do artigo anterior, procederá a diligência necessária à realização de novas eleições para investidura dos cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, de conformidade com as instruções em vigor.

**Artigo 41** - No caso de abandono de cargo, processar-se-á na forma dos artigos anteriores, não podendo, entretanto, o membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, que houver abandonado o cargo, ser eleito para qualquer mandato de administração sindical, ou de representação durante 5 (cinco) anos.

**Parágrafo único** - Considera-se abandono do cargo a ausência não justificada a (três) reuniões ordinárias da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal.

**Artigo 42** - Ocorrendo falecimento do membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, a substituição proceder-se-á na conformidade dos artigos 38 e 39.



## CAPÍTULO VI

### Eleições

#### Disposições Preliminares

**Artigo 43** - Competem as associadas do Sindicato, que na forma da lei e deste Estatuto, tiverem direito a voto, eleger os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

**Artigo 44** - As eleições se realizarão entre 60 (sessenta) e 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos vigentes.

§ 1º - Se não realizadas as eleições dentro do prazo fixado, a Assembléia Geral fixará a data em que elas se realizarão.

§ 2º - Se a data das eleições, fixada nos termos do parágrafo anterior, for posterior à prevista para o término do mandato da Diretoria Executiva, ou se a posse dos eleitos não puder dar-se até a referida data, ficará prorrogado, transitoriamente, o mandato dos membros da Diretoria Executiva, então em exercício, até que se verifique a posse dos novos eleitos.

**Artigo 45** - São eleitores e elegíveis os que tal forem admitidos pela lei e por este Estatuto.

**Artigo 46** - O Voto será secreto, assegurado o sigilo por:

I - uso de cédula única, contendo todas as chapas registradas;

II - utilização, pelo eleitor, de cabine indevassável;

III - verificação da autenticidade da cédula à vista das rubricas dos membros da mesa coletora;

IV - emprego de urna inviolável, cujas dimensões evitem que os votos se mantenham na ordem que foram introduzidos.



## Atos Preparatórios

**Artigo 47** - As eleições serão convocadas, no máximo 120 (cento e vinte) dias e no mínimo 60 (sessenta) dias antes da data fixada para a sua realização, por edital que será afixado na sede do Sindicato, e, por resumo, publicado na imprensa do Estado que constitui a sua base territorial.

**Parágrafo único** - O edital deverá conter:

I - data, horário e local de votação;

II - prazo para registro da chapa, não inferior a 15 (quinze) dias, contados da publicação na imprensa do resumo do edital para realização das eleições, com horário de funcionamento e atendimento na Secretaria da entidade;

III - prazo para impugnação de candidaturas nos termos do artigo 76 e seguintes;

IV - datas, horários e locais da segunda votação, caso não seja atingido o quorum na primeira, bem como da nova eleição, em caso de empate entre as chapas mais votadas.

**Artigo 48** - O requerimento de registro de chapa, em duas vias, dirigido à Comissão Eleitoral, será assinado por qualquer dos candidatos e será instruído com os seguintes documentos:

I - fichas de qualificação dos candidatos, por eles assinadas;

II - comprovantes de residências;

III - cópia do documento de identidade;

IV - prova de que é sócio ou diretor com poderes de representação da empresa;

V - prova de que as empresas dos componentes da chapa são associadas ao Sindicato, há no mínimo 3 (três) anos, contados da data do protocolamento do pedido de registro da chapa (alterada em 2006);

VI - prova de que a associada não foi punida por violação ao presente Estatuto.





§ 1º - O requerimento será entregue na Secretaria do Sindicato, durante o horário de seu funcionamento, dando-se recibo da entrega subscrito pelo Gerente Administrativo, ou por pessoa designada para isso.

§ 2º - As comprovações requeridas nos incisos retro, deste artigo, deverá ser efetivadas por certidão fornecida pelo Sindicato.

§ 3º - Os candidatos somente poderão compor uma das chapas concorrentes sob pena de exclusão do candidato em ambas as chapas.

§ 4º - Os candidatos deverão apresentar-se em chapas completas, com a especificação dos cargos.

§ 5º - Havendo uma única chapa inscrita para o pleito, fica autorizada a eleição por aclamação (*inserida em 2021*).

**Artigo 49** - Encerrando o prazo para registro de chapas, a Comissão Eleitoral determinará:

I - a lavratura de ata, que será assinada por ela e pelos candidatos que estiverem presentes ao encerramento do prazo;

II - a publicação de edital do requerimento de registro de chapas, com indicação de sua ordem numérica, dentro de 10 (dez) dias no mesmo jornal que publicou o resumo do edital, ou da menção de não ter havido requerimento de registro, caso no qual será indicado o novo prazo fixado.

**Artigo 50** - Se não houver registro de chapa, a Comissão Eleitoral do Sindicato abrirá novo prazo para admiti-lo.

### Cédula Única



**Artigo 51** - A cédula única, que conterà todas as chapas registradas, deverá:

I - ser de papel branco, opaco, impressa com tinta e tipos uniformes.

II - ser disposta de maneira a que, dobrada, seja resguardado o sigilo do voto;

III - ter as chapas dispostas na ordem de seu registro, numeradas seguidamente, a partir de 01;

IV - conter, ao lado de cada uma das chapas, retângulo em branco, do mesmo tamanho no qual o eleitor assinalará a de sua escolha.

### **Comissão Eleitoral**

**Artigo 52** - O processo eleitoral, as votações, a posse dos eleitos e os recursos obedecerão às normas vigentes no presente Estatuto.

**Artigo 53** - A Diretoria Executiva deverá nomear Comissão Eleitoral (CE), composta de 5 (cinco) associados, para estabelecer outros procedimentos, além dos já constantes neste estatuto, e para julgar as impugnações e recursos que houver.

§ 1º Os associados que compuserem essa Comissão Eleitoral não poderão:

I - ser candidatos à eleição que estiver julgando;

II - ter seus cônjuges e parentes, ainda que por afinidade, até o 2º grau, inclusive, como candidatos;

III - ser membro da Diretoria Executiva do Sindicato;

§ 2º Essa Comissão deverá ser nomeada até o prazo previsto no artigo 47.

**Artigo 54** - É facultado ao Sindicato, de acordo com as suas necessidades, organizar mesas coletoras itinerantes.



## Mesa Coletora de Votos

**Artigo 55** - A mesa coletora de votos será constituída pelos membros da Comissão Eleitoral sendo um presidente, dois mesários e um suplente.

**Artigo 56** - Cada um dos candidatos que figurar em primeiro lugar nas chapas registradas poderá indicar com 5 (cinco) dias de antecedência, um fiscal e um suplente, para acompanhar as eleições e a apuração de votos.

**Artigo 57** - Os mesários substituirão o presidente da mesa coletora, em sua ausência.

§ 1º - Todos os membros da mesa coletora deverão estar presentes ao ato de abertura e de encerramento da votação, salvo motivo de força maior.

§ 2º - Não comparecendo o Presidente da mesa coletora até 30 (trinta) minutos antes da hora determinada para início da votação, assumirá a presidência o primeiro mesário e, na sua falta ou impedimento, o segundo mesário ou seu suplente.

§ 3º - O presidente, ou quem suas vezes fizer, nomeará, se houver necessidade, dentre os presentes, e observados os impedimentos do artigo 53, § 1º, os membros que forem necessários para completar a mesa.

**Artigo 58** - Somente poderão permanecer no recinto da mesa coletora os seus membros, os fiscais designados e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

**Parágrafo único** - Nenhuma pessoa estranha à direção da mesa coletora poderá intervir no seu funcionamento durante os trabalhos de votação.

## Votação

**Artigo 59** - O sistema de votação será qualitativo, adotando-se os seguintes critérios:

Até 150 empregados sediados no Estado = 1 voto

De 151 até 300 empregados sediados no Estado = 2 votos

De 301 até 450 empregados sediados no Estado = 3 votos

De 451 até 600 empregados sediados no Estado = 4 votos





Acima de 600 empregados sediados no Estado = 5 votos

**Parágrafo único** - O número de empregados a ser considerado é por empresa e no Estado de Santa Catarina (*alterada em 2006*).

**Artigo 60** - Não será permitido o voto por procuração.

**Parágrafo único** - À associada cuja matriz estiver localizada fora do Estado de Santa Catarina, será permitido o voto por procuração, desde que: (*alterada em 2006*);

a) seja legalmente outorgada pelo titular ou suplente nos termos do artigo 8º, alínea "g";

b) não tenha sido instalada, na região, pela Comissão Eleitoral, mesa coletora itinerante nos termos do artigo 55.

**Artigo 61** - No dia e local designados, 30 (trinta) minutos antes da hora do início da votação, os membros da mesa coletora verificarão se está em ordem o material eleitoral e a urna destinada a recolher os votos, devendo o presidente providenciar para que sejam supridas eventuais deficiências.

**Artigo 62** - Na hora afixada no edital, em ordem o recinto e o material, o Presidente da mesa declarará iniciados os trabalhos.

**Artigo 63** - Os trabalhos eleitorais da mesa coletora terão duração mínima de 6 (seis) horas contínuas, observadas sempre as horas de início e encerramento previstas no edital de convocação.

**Parágrafo único** - Os trabalhos da votação poderão ser encerrados antecipadamente, se tiverem todos os eleitores constantes da folha de votação, já votado.

**Artigo 64** - Iniciada a votação, cada eleitor, pela ordem de apresentação à mesa, depois de identificado, assinará a folha de votantes, receberá a cédula única rubricada pelo presidente e mesários e, na cabine indevassável, após assinalar no retângulo próprio a chapa de sua preferência, a dobrará, depositando-a, em seguida, na urna colocada na mesa coletora.

§ 1º - Antes de depositar a cédula na urna, o eleitor deverá exibir a parte rubricada à mesa e aos fiscais, para que verifiquem, sem a tocar, se é a mesma que lhe foi entregue.



§ 2º - Se a cédula não for a mesma, e eleitor será convidado a voltar a cabine indevassável e a trazer seu voto na cédula que recebeu; se o eleitor não proceder conforme determinação, não poderá votar, anotando-se a ocorrência em ata.

**Artigo 65** - Os eleitores cujos votos forem impugnados e, as Associadas cujos nomes não constarem na lista de votantes, votarão em separado.

**Parágrafo único** - O voto em separado será tomado da seguinte forma:

I - o presidente da mesa coletora entregará ao eleitor sobrecarta apropriada, para que ele, na presença da mesa, nela coloque a cédula que assinalou;

II - o presidente da mesa coletora anotará no verso da sobrecarta as razões da medida, para posterior decisão do presidente da mesa apuradora.

**Artigo 66** - Na hora determinada no edital para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar, serão convidados em voz alta a fazerem entrega ao presidente da mesa coletora de documento de identificação, prosseguindo os trabalhos até que vote o último eleitor.

§ 1º - Caso não haja mais eleitores a votar, serão imediatamente encerrados os trabalhos.

§ 2º - Encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada com aposição de tiras de papel gomada, rubricadas pelos membros da mesa e pelos fiscais.

§ 3º - Em seguida, o presidente fará lavrar ata que será também assinada pelos mesários e fiscais, registrando a data e hora do início e a do encerramento dos trabalhos, total de votantes e das Associadas em condições de votar, o número de votos em separado, se os houver, bem como, resumidamente, os protestos apresentados pelos eleitores, candidatos ou fiscais. A seguir o presidente da mesa coletora fará entrega ao presidente da mesa apuradora, mediante recibo, de todo o material utilizado durante a votação.

### Apuração

**Artigo 67** - Após o término do prazo estipulado para a votação, instalar-se-á, em assembléia eleitoral pública, no local designado no edital, a mesa apuradora.

**Artigo 68** - A mesa apuradora será composta pelos membros da Comissão Eleitoral, sendo um presidente, dois escrutinadores e um suplente.



**Artigo 69** - O presidente da mesa apuradora verificará, pela lista de votantes, se participaram da votação mais de 2/3 (dois terços) dos eleitores inscritos procedendo, em caso afirmativo, à abertura da urna, para contagem dos votos.

**Parágrafo único** - Os votos em separado, desde que o presidente da mesa apuradora, após a leitura da ata da mesa coletora decida pela sua apuração, à vista das razões que os determinaram, consignadas nas sobrecartas, serão computadas para efeito de quorum.

**Artigo 70** - Não obtido o quorum o presidente da mesa apuradora declarará encerrada a eleição, bem como inutilizará as sobrecartas, sem abrir, notificando em seguida o Presidente do Sindicato, para que convoque nova eleição, nos termos do edital.

§ 1º - A nova eleição se realizará com qualquer número de eleitores.

§ 2º - Apenas as chapas inscritas para a primeira eleição poderão concorrer à subsequente.

**Artigo 71** - Contadas as cédulas da urna, o presidente verificará se o número coincide com o da lista de votantes.

§ 1º - Se o número das cédulas for igual ao número de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.

§ 2º - O presidente da mesa apreciará o motivo do voto separado, decidindo por sua admissão, ou rejeição. Se admitido o voto, a sobrecarta será aberta e a cédula nela contida será colocada de maneira a impedir a identificação entre as demais, se rejeitado o voto, a sobrecarta será mantida fechada.

§ 3º Apresentando a cédula sinal, rasura ou dizer suscetível de identificar o eleitor, ou tendo este assinalado duas ou mais chapas, o voto será anulado.

**Artigo 72** - Quando houver protesto fundado em contagem errônea de votos, vícios de sobrecarta ou de células, deverão estas ser conservadas em invólucro lacrado, que acompanhará o processo até a decisão final.

**Parágrafo único** - Haja ou não protestos, conservar-se-ão as cédulas apuradas sob guarda do presidente da mesa apuradora, até transcurso de prazo de recurso.





**Artigo 73** - Poderá o candidato ou seu fiscal, nos termos do artigo 66, § 3º formular protesto ao presidente da mesa, referente à apuração.

§ 1º - O protesto deverá ser por escrito até o momento do início de redação da ata de apuração dirigido ao presidente da mesa apuradora.

§ 2º - Os instrumentos de protestos serão mantidos no processo eleitoral, para serem juntados ao processo de recurso que for interposto pelo interessado.

**Artigo 74** - Finda a apuração, o presidente da mesa apuradora proclamará eleitos os candidatos que obtiverem maior quantidade de votos, em relação às chapas concorrentes, e fará lavrar a ata dos trabalhos eleitorais.

§ 1º - A ata mencionará:

I - dia e hora da abertura e do encerramento dos trabalhos;

II - local em que funcionou a mesa coletora, com os nomes dos respectivos componentes;

III - o número de votantes, sobrecartas, cédulas apuradas, votos atribuídos a cada chapa registrada, votos em branco e votos nulos;

IV - apresentação ou não de protesto, fazendo-se, em caso afirmativo, resumo de cada protesto formulado perante a mesa;

V - todas as demais ocorrências relacionadas com a apuração.

§ 2º - A ata será assinada pelo presidente, demais membros da mesa e fiscais, esclarecendo-se o motivo da eventual falta de qualquer assinatura.

**Artigo 75** - Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-ão novas eleições no prazo de 15 (quinze) dias, limitada a eleição às chapas em questão.



## Impugnações e dos Recursos

**Artigo 76** - A impugnação de candidaturas poderá ser feita pela Associada, através de seu representante, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação da relação das chapas registradas.

**Parágrafo único** - A impugnação, expostos os fundamentos que a justificam, será dirigida à Comissão Eleitoral e entregue, mediante recibo, na secretaria da entidade.

**Artigo 77** - Cientificado, em 48 (quarenta e oito) horas, pela Comissão Eleitoral, o candidato impugnado terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar sua defesa.

**Parágrafo único** - Julgada procedente a impugnação pela Comissão Eleitoral, o candidato impugnado não poderá concorrer à eleição.

**Artigo 78** - A chapa de que fizerem parte os candidatos impugnados poderão concorrer desde que os demais candidatos, entre efetivos e suplentes, bastem ao preenchimento de todos os cargos.

**Artigo 79** - Contra o resultado das eleições poderá a chapa perdedora, interpor recurso no prazo de 3 (três) dias, a contar da data em que elas se realizaram, desde que suas razões de inconformismo tenham sido devidamente pré-questionadas tempestivamente, através de instrumentos de protestos, nos termos do artigo 73.

**Parágrafo único** - Não preenchidos tais pressupostos, o referido recurso sequer será conhecido.

**Artigo 80** - O recurso será dirigido à Comissão Eleitoral e entregue, em duas vias, mediante recibo, à Secretaria, no horário normal de funcionamento.

**Artigo 81** - Protocolado o recurso, cumpre à Comissão Eleitoral anexar a primeira via ao processo eleitoral e encaminhar a segunda via dentro de 24 (vinte e quatro) horas, mediante recibo, à chapa recorrida que, em 3 (três) dias, poderá apresentar contra-razões.

**Parágrafo único** - Findo o prazo estipulado, recebidas ou não, as contra-razões do recorrido, a Comissão Eleitoral apreciará, em 3 (três) dias, o recurso e estando preenchidos os pressupostos previstos no artigo 73, declarará sua decisão.



## Processo Eleitoral

**Artigo 82** - Ao presidente do Sindicato incumbe organizar o processo eleitoral em 2 (duas) vias, constituída a primeira dos documentos originais e a outra das respectivas cópias.

**Parágrafo único** - São peças do processo eleitoral;

I - edital e seu resumo publicado;

II - exemplar do jornal que publicou o edital;

III - cópia dos requerimentos de registro de chapas, fichas de qualificação dos candidatos e demais documentos;

IV - relação dos eleitores;

V - expedientes relativos à composição das mesas eleitorais;

VI - lista dos votantes;

VII - atas dos trabalhos eleitorais;

VIII - exemplar da célula única;

IX - impugnações, recursos, contra-razões e decisões da Comissão Eleitoral;

X - resultado da eleição.

## Posse dos Eleitos

**Artigo 83** - A posse dos eleitos se dará no primeiro dia do ano subsequente ao término do mandato dos membros anteriormente eleitos (*alterada em 2006*).



Three blue ink signatures are written below the stamp. The first is a simple horizontal stroke. The second is a large, stylized loop. The third is a vertical line with a small hook at the bottom.

**Artigo 84** - Ao assumir o cargo o eleito prestará, por escrito e solenemente, o compromisso de respeitar, no exercício do mandato, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, as leis vigentes e o Estatuto do Sindicato.

### **Disposições Complementares**

**Artigo 85** - Anulada as eleições, a Diretoria Executiva permanecerá em exercício, até que, realizadas outras, no prazo de 90 (noventa) dias, sejam os eleitos empossados, observado os prazos da lei e deste Estatuto.

**Parágrafo único** - Não continuará em exercício o Diretor que tenha dado causa à anulação.

## **CAPÍTULO VII**

### **Gestão Financeira e sua Fiscalização**

**Artigo 86** - Compete à Diretoria apresentar a prestação de contas de sua gestão de forma anual, ou seja, no final de cada exercício, devendo ser aprovada pelo Conselho Fiscal até o mês de abril do ano subsequente. A previsão orçamentária para o exercício seguinte será aprovada no mês de dezembro do ano em exercício (*inserida em 2021*).

**Parágrafo único:** Após aprovação por parte do Conselho Fiscal, será apresentado o resultado para os diretores através de convocação específica, devendo conter toda a documentação contábil e todos os relatórios gerenciais (*alterada em 2021*).

## **CAPÍTULO VIII**

### **Patrimônio do Sindicato**

**Artigo 87** - Constitui o Patrimônio do Sindicato:

- a) as contribuições fixadas no presente Estatuto;
- b) as contribuições das associadas;





c) as doações e legados;

d) os bens e valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidas;

e) aluguéis de imóveis e juros de títulos e de depósitos;

f) multas e outras rendas eventuais.

§ 1º - Na partilha da receita prevista no artigo 12, inciso I, serão destinados 5% (cinco por cento) em favor da CNC e o restante será acordado entre Sindicato e Federação, garantido para o primeiro um percentual mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) e para o último, um percentual mínimo de 15% (quinze por cento).

§ 2º - Nenhuma contribuição poderá ser imposta as Associadas além das determinadas expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Leis Ordinárias, Convenções e Dissídios Coletivos bem como na forma do presente Estatuto.

**Artigo 88** - A administração do patrimônio do Sindicato, constituído pela totalidade dos bens que o mesmo possuir, compete à Diretoria Executiva.

**Artigo 89** - Os bens imóveis, estes previamente avaliados na forma da lei constitucional, só poderão ser alienados mediante expressa permissão da Assembleia Geral, pela maioria absoluta das associadas no gozo de seus direitos e quites com seus deveres.

**Artigo 90** - Os atos que importam malversação ou dilapidação do patrimônio do sindicato são equiparados aos crimes de acordo com a legislação em vigor.

**Artigo 91** - O Sindicato só se dissolverá por deliberação através de Assembleia Geral Extraordinária, mediante convocação por edital, publicado por duas vezes, a primeira em 30 (trinta) dias e a segunda e última 05 (cinco) dias anteriores à data de realização, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) das Associadas quites com suas obrigações estatutárias (*alterada em 2021*).

**Parágrafo único** - Decidida a dissolução, pagos os compromissos, o patrimônio líquido remanescente será destinado a entidade de fins econômicos de representação da mesma categoria econômica, ou se esta não existir, à instituição Estadual de fins idênticos ou semelhantes, conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária, vedada a doação para qualquer pessoa jurídica que não seja de representação de classe, reservada a preferência àqueles que representem exclusivamente a categoria (*inserida em 2021*).



## CAPÍTULO IX

### Disposições Gerais

**Artigo 92** - A aceitação de cargo de Presidente, Vice-presidente, Secretário ou Tesoureiro em Diretoria Executiva do Sindicato importará obrigação de residir no Estado de Santa Catarina.

**Artigo 93** - Serão nulos de pleno direito os atos praticados com objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na lei.

**Artigo 94** - A Diretoria Executiva poderá criar órgãos auxiliares, de assistência ou assessoramento, cuja presidência ou direção será sempre exercida pelo Presidente do Sindicato.

**Artigo 95** - O desmembramento da base territorial Estadual prevista no presente Estatuto, com a criação do Sindicato Regional ou Municipal, somente se dará por deliberação da maioria absoluta da Assembléia Geral da categoria econômica, observadas as demais disposições estatutárias pertinentes.

**Parágrafo único** - O pedido de desmembramento deverá ser formulado por no mínimo 5 (cinco) empresas associadas ou não, que prestam serviços na Região ou Município pretendido, em exposição fundamentada encaminhada à Diretoria Executiva, que deverá convocar Assembléia Geral Extraordinária em 20 dias.

**Artigo 96** - A Diretoria Executiva estabelecerá normas e procedimentos de administração das Delegacias, bem como dos órgãos citados no artigo 94.

**Artigo 97** - O presente estatuto, só poderá ser reformado por uma Assembleia Geral Extraordinária para esse fim especialmente convocada, estando presente pelo menos 2/3 (dois terços) das associadas no gozo de seus direitos e quites com seus deveres.

**Artigo 98** - Os casos omissos, não regidos pelo presente Estatuto, serão dirimidos pela Diretoria Executiva.



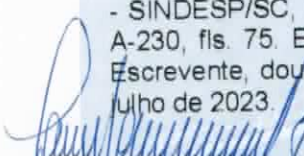
**Artigo 99** - O presente Estatuto entrará em vigor a partir de sua aprovação pela Assembléia Geral.

Florianópolis, 16 de maio de 2023.

  
**Dilmo Wanderley Berger**  
Presidente

  
**Aluísio C. Guedes Pinto**  
Advogado - OAB/SC 3.899

  
**Adm. Evandro Fortunato Linhares**  
CRA SC 12.323

  
Certifico que o presente Estatuto é parte integrante da Ata de Alteração Estatutária e Estatuto do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina - SINDESP/SC, registrada sob o nº 65154, Livro A-230, fls. 75. Eu, Paulo Ricardo Jacomel Filho, Escrevente, dou fé e assino. Florianópolis, 13 de julho de 2023.

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL, INTERDIÇÕES E TUTELAS, TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
Iolê Luz Faria - Registradora Titular  
Rua Emílio Blum, 131 - Sala 801 - Torre A - Centro - Florianópolis/SC - CEP 88.020-010  
Telefones: (48) 3222-9290 - (48) 99989-6768 - E-mail: juridico@cartorioflorianopolis.com.br

SUB.DISTRITO  
de Luz Faria  
Oficial

FLORIANOPOLIS SC